

Sumário

Prefácio	IX
1. Introdução.....	1
2. As Contribuições da Teoria da Democracia Deliberativa para a Jurisdição Constitucional.....	11
2.1 O retorno necessário aos pressupostos da teoria da democracia deliberativa: breves considerações sobre a racionalidade e a teoria da ação comunicativa	16
2.1 A questão da legitimidade e a participação popular na formação da vontade política.....	28
2.3 A democracia deliberativa e a necessidade de ampliação do diálogo social.....	32
2.4 A relação entre democracia e jurisdição constitucional.....	43
3. A Democratização da Jurisdição Constitucional Brasileira.....	49
3.1 Breves considerações sobre o surgimento da jurisdição constitucional	49
3.2 A jurisdição constitucional brasileira antes e após o advento da Constituição Federal de 1988	61
3.3 A jurisdição constitucional brasileira e seus mecanismos de participação social.....	68
3.3.1 Abertura do rol de legitimados para propositura das ações de controle concentrado	71
3.3.2 <i>Amicus curiae</i>	76
3.3.3 Audiências públicas.....	81

4. As Audiências Públicas no Brasil: dos Processos Administrativos ao Controle de Constitucionalidade Concentrado no Supremo Tribunal Federal.....	85
4.1 O surgimento das audiências públicas no contexto da Administração Pública brasileira.....	85
4.2 Conceito e características das audiências públicas no âmbito administrativo	93
4.3 O advento das leis n. 9.868/99 e 9.882/99: previsão das audiências públicas no controle concentrado de constitucionalidade	100
4.4 O regime jurídico das audiências públicas no âmbito do Supremo Tribunal Federal e seus aspectos procedimentais	106
5. Estudo Empírico das Audiências Públicas em Ações de Controle Concentrado no Âmbito do Supremo Tribunal Federal	117
5.1 Panorama das audiências públicas já realizadas no Supremo Tribunal Federal	118
5.2 Audiências públicas em ações de controle concentrado: metodologia da pesquisa.....	128
5.3 Audiências públicas em ações de controle concentrado: resultados.....	130
5.3.1 ADI 3.510: pesquisa com células-tronco embrionárias.....	140
5.3.2 ADPF 101: importação de pneus usados.....	144
5.3.3 ADPF 54: aborto de fetos anencéfalos.....	147
5.3.4 ADPF 186: sistema de cotas em universidades.....	150
5.3.5 ADIs 4.679, 4.756, 4.747 e 4.923: novo marco regulatório da TV por assinatura.....	153
5.3.6 ADI 4.650: financiamento das campanhas eleitorais.....	155
5.3.7 ADIs 5.062 e 5.065: gestão coletiva de direitos autorais.....	157
5.4 Audiências públicas: mecanismos democráticos efetivos?.....	159

6. A Jurisdição Constitucional na França e seus Mecanismos de Participação Social: Alternativa ao Sistema Brasileiro?.....	167
6.1 A metodologia do estudo comparado: comparar por quê?	167
6.2 O sistema francês e a desconfiança no Poder Judiciário	172
6.3 A introdução tardia da jurisdição constitucional na França	176
6.4 A composição e a atuação do Conselho Constitucional francês.....	182
6.5 A questão prioritária de constitucionalidade (QPC) na França.....	189
6.6 As audiências públicas no processo constitucional francês.....	202
6.7 Possíveis contribuições do sistema francês para o brasileiro.....	208
6.8 Sugestões de melhoria para o sistema brasileiro.....	214
7. Considerações Finais	221
Referências	227